

FACULDADE EDUFOR
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MÁRCIA THAIS SILVA ARAÚJO FERREIRA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
ENTRE A COMUNIDADE E A ONG NAVE**



São Luís

2021

MÁRCIA THAIS SILVA ARAÚJO FERREIRA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
ENTRE A COMUNIDADE E A ONG NAVE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Faculdade Edufor,
como requisito para obtenção do grau de
Bacharelado em Serviço Social.

Orientador: Prof. Izamara Sousa

São Luís

2021

F383a Ferreira, Márcia Thais Silva Araújo

A atuação do assistente social no fortalecimento de vínculos entre a comunidade e a ONG Nave / Márcia Thais Silva Araújo Ferreira — São Luís: Faculdade Edufor, 2021.

54f.

Trabalho de Conclusão de Curso (SERVIÇO SOCIAL) — Faculdade Edufor - São Luís, 2021.

Orientador(a): I zamara Sousa

1. Serviço Social. 2. Terceiro Setor. 3. Fortalecimento de Vínculos.
I. Título.

MÁRCIA THAIS SILVA ARAÚJO FERREIRA

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS
ENTRE A COMUNIDADE E A ONG NAVE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Faculdade Edufor, como requisito para obtenção do grau de Bacharelado em Serviço Social.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Professora Izamara Sousa

Faculdade Edufor

Professora Enaire De Maria Sousa Da Silva

1º Examinadora

Professora Andreia Santana Lauande

2º Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao que é digno de toda honra e glória, Jesus Cristo, pelo dom da vida por me proporcionar chegar até aqui, pois foram longos 4 anos de muitos obstáculos e principalmente de conquista sendo, de muita relevância para meu crescimento profissional.

Tenho grande gratidão à minha mãe Maria Teresa Araújo, e ao meu pai, José Cavalcante, por estar sempre ao meu lado me apoiando e encorajando com palavras positivas para seguir em frente.

Deixo aqui meus agradecimentos ainda, ao meu querido esposo, Eric Peres, que me deu suporte para chegar até aqui, aos meus filhos Davi Peres e Sarah Rebeca, que sempre me compreendeu e me incentivou, foi graças a todos os incentivos que recebi durante esses anos que hoje posso celebrar este marco em minha vida e minha formatura.

Agradeço à Universidade, por ter me dado a chance e todas as ferramentas necessárias sendo um privilégio e reconhecimento que onde todas as ideias são bem recebidas, e em especial, as professoras Izamara Sousa, minha orientadora, e Cristiane Lima, que nos direcionou para nosso amadurecimento e sucesso profissional .

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta resultados da pesquisa empírica no campo de estágio curricular, com objetivo de analisar a prática desenvolvida pelo Serviço Social no processo fortalecimento de vínculos com a comunidade, por meio das atividades desenvolvidas pela ONG Nave. Tendo como referência as ações profissionais dos assistentes sociais na referida instituição do terceiro setor. Para elaboração da pesquisa, adotaram-se levantamento bibliográfico e documental, e entrevistas. No desenvolvimento do material, aborda-se a contextualização do terceiro setor, através de discussão acerca do seu histórico no Brasil, resgatando sua trajetória e refletindo sobre a atuação do Serviço Social, adentrando o debate sobre limites e possibilidades dessa atuação. Enfatizando esses aspectos, destaca-se o fazer profissional do Assistente Social junto às famílias acompanhadas pela instituição, visto que o trabalho tem caráter contínuo e almeja fortalecer os vínculos familiares, buscando assim contribuir com o fazer profissional dos assistentes sociais da instituição, através das reflexões em torno da pesquisa elaborada. Concluiu-se por meio da realização da pesquisa que a Ong Nave atinge resultados positivos no trabalho desenvolvido, apesar dos inúmeros desafios enfrentados pela equipe que busca atender às famílias, identificando suas fragilidades e potencialidades, acompanhando de forma diferenciada, visando a garantia de direitos no enfrentamento das dificuldades. Dessa forma identificou-se a importância da atuação do Serviço Social na Ong Nave, dentro da proteção básica, buscando estratégias em consonância com sua sede.

Palavras-chave: Serviço Social. Terceiro Setor. Fortalecimento de Vínculos.

ABSTRACT

This course conclusion work presents results of empirical research in the field of curricular internship, with the objective of analyzing the practice developed by Social Work in the process of strengthening ties with the community through the activities developed by ONG Nave. Having as reference the professional actions of social workers in this institution of the third sector. For the elaboration of the research, a bibliographic and documentary survey and interviews were adopted. In the development of the material, we approach the contextualization of the third sector, through discussion about its history in Brazil, rescuing its trajectory and reflecting on the performance of the Social Service, entering the debate about limits and possibilities of this action. Emphasizing these aspects, we highlight the professional doing of the Social Worker with the families accompanied by the institution, since the work has a continuous character and aims to strengthen family ties, thus seeking to contribute to the professional practice of the social workers of the institution, through the reflections around the research elaborated. It was concluded through the research that the Ngo Nave achieves positive results in the work developed, despite the numerous challenges faced by the team that seeks to serve families, identifying their weaknesses and potentialities, following in a differentiated way, aiming at guaranteeing rights in coping with difficulties. Thus, the importance of the social work in the Nave Ngo was identified, within the basic protection, seeking strategies in line with its head office.

Keywords: Social Work. Third Sector. Strengthening Bonds.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Estrutura do Terceiro Setor.....	34
Quadro 2. Leis relativas ao Terceiro Setor de 1997 a 1999.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFESS	– Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	– Conselho Nacional de Assistência Social
CODE	– Conferência do Desenvolvimento
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
CRESS	– Conselho Regional de Serviço Social
ECO	– Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente
GESET	– Gerência de Estudos Setoriais
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	– Lei Orgânica da Assistência Social
ONG	– Organização Não Governamental
OS	– Organização Social
OSC	– Organização da Sociedade Civil
OSCIP	– Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNP	– Programa Nacional de Publicização
SENAC	– Serviço Nacional do Comércio
SENAI	– Serviço Nacional da Indústria
SUAS	– Sistema Único de Assistência Social
UPE	– Utilidade Pública Estadual
UPF	– Utilidade Pública Federal
UPM	– Utilidade Pública Municipal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 TERCEIRO SETOR: Contextualização histórica	18
2.1 ONG NAVE: Estutura e principais características	36
3 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ONG NAVE E O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor é composto por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pelas ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental. Também tem-se como facilidade, a liberdade de agir e elaborar projetos para um bem comum. As organizações do Terceiro Setor atuam em uma diversidade e variedades de questões na sociedade nas áreas da assistência social, meio ambiente, cultura, educação, lazer, esporte etc.

A ação do Terceiro Setor é, sem dúvida, necessária, principalmente porque busca o emprego e a renda como meios fundamentais de atendimento social. Entende-se que o trabalho não se gera bens e serviços imprescindíveis à nossa sobrevivência, como também, faz com que o ser humano sinta-se aproveitado e realizado nos seus mais diversos aspectos. É o trabalho que dignifica e conduz à realização pessoal, despertando ser humano estímulo e prazer pela vida. Portanto a dimensão e o significado do terceiro setor necessitam ser compreendidos dentro da conjuntura social, econômica e política que tem determinado a sua configuração no contexto contemporâneo.

Dessa forma, a inserção do Profissional de Serviço Social no âmbito do Terceiro Setor surgiu partir de uma reflexão das formas que a sociedade Civil Brasileira vinha se comportando nas diferentes fases históricas do país e de sua relação com o Estado e outras organizações sociais. O trabalho que o Serviço Social exerce é o pilar principal para o funcionamento deste setor e mostra um diferencial de trabalho, pois é uma profissão que domina as políticas públicas e tem um olhar perceptivo sobre as questões sociais que este setor atende. Mas ainda existem dificuldades para o profissional de Serviço Social, pois na maioria das vezes, falta a troca de conhecimento entre os profissionais que fazem parte das equipes multidisciplinares existentes no campo de atuação, e compreensão por parte dos empregadores nesta área.

A Assistência Social está essencialmente preocupada em apoiar os indivíduos a viver suas vidas confortavelmente e tem um foco particular em ajudar aqueles que precisam de um grau adicional de suporte físico e prático. Grande parte da assistência social visa apoiar os indivíduos a manter sua independência, para auxiliá-los a melhorar sua qualidade de vida e, finalmente, para permitir indivíduos, famílias e comunidades para levar uma vida mais plena e agradável.

Para Santos (2012, p. 99), o surgimento do Serviço Social como profissão vincula-se às peculiaridades da “questão social” em um momento histórico específico, o da ordem monopólica, a partir do qual se internaliza na ordem econômica, passando a ser alvo das políticas sociais.

O serviço social, através do papel de assistente social, que atua diretamente na vida do sujeito e da comunidade a qual o mesmo se encontra inserido, e que permite intervir nos processos de mudanças sociais, e vivência de maneira atuante nas alterações significativas que ocorrem em nossa sociedade, cada vez ganha mais espaço atuando nas organizações do terceiro setor. Refletir em torno do Serviço Social nas Organizações Não-Governamentais implica debater a respeito dos limites e das possibilidades dessa atuação bem como a respeito das contribuições do Assistente Social para o fortalecimento da Sociedade Civil Brasileira. O profissional Assistente Social, tem como principal foco do seu trabalho, as questões sociais, e, possui um papel fundamental em relação as necessidades individuais e coletivas da comunidade. É de grande importância a compreensão do papel do Assistente Social no terceiro setor, e o desenvolvimento de suas ações e dos seus projetos.

As ONGs aparecem como novos espaços para a atuação dos profissionais Assistentes Sociais. De acordo com Lima (2011, 135), o assistente social tendo como objeto de intervenção as múltiplas expressões da questão social, tende a sofrer os reflexos decorrentes da privatização, transferência das políticas sociais e assistenciais para o terceiro setor, em especial para as ONGS, como resposta a redução do Estado nessa área.

A ação do Terceiro Setor é, sem dúvida, necessária, principalmente porque busca o emprego e a renda como meios fundamentais de atendimento social. Entende-se que o trabalho não se gera bens e serviços imprescindíveis à nossa sobrevivência, como também, faz com que o ser humano sintam-se aproveitado e realizado nos seus mais diversos aspectos. É o trabalho que dignifica e conduz à realização pessoal, despertando ser humano estímulo e prazer pela vida.

A assistência por si jamais despertará tais valores, pelo contrário, pode concorrer, se for assistencialista, para o esvaziamento da iniciativa e, da terminação em buscar a independência econômica. Além disto, a falta de trabalho suprime a criatividade e o desenvolvimento das potencialidades profissionais, assim como o interesse pela busca de algo produtivo e construtivo (SODRÉ, 2010, p. 88).

De acordo com Costa (2005, p. 124) a relação da assistência social com as instituições do “terceiro setor” não é recente e faz parte da história e do processo de consolidação da assistência. As ações desenvolvidas pelas ONG’s e demais entidades filantrópicas sempre foram vistas como ações assistenciais, pois prestar assistência aos desassistidos significa organizar práticas caritativas de ajuda ao próximo para cumprir um dever moral para com a sociedade. Por isso, grande parte das entidades assistenciais é mantida financeiramente pela classe dominante e administradas pelas elites da alta sociedade. Estas instituições passam a ocupar um lugar de destaque na conjuntura democrática nacional, vinculadas diretamente às demandas populares, onde inaugura um fazer interativo técnico-político, como um instrumento de controle das várias expressões da questão social.

As ONGs constituem um grupo diverso e multifacetado. Suas perspectivas e suas áreas de atuação podem ser locais, regionais ou globais. Algumas se dedicam a determinadas questões ou tarefas; outras são movidas pela ideologia. Algumas visam ao interesse público em geral; outras têm uma perspectiva mais estreita e particular. Tanto podem ser pequenas entidades comunitárias cujas verbas são escassas, como organizações de grande porte, bem-dotadas de recursos humanos e financeiros. Algumas atuam individualmente; outras formaram redes para trocar informações e dividir tarefas, bem como ampliar seu impacto (LIMA, 2011, p. 134).

Nesse interim, destaca-se que a ONG-nave é uma associação de direito privado sem fins lucrativos que existe desde 2007, que executa projetos como também serviços, festivais e ações sociais que dão sustentabilidade aos serviços ofertados. De acordo com a assistente social da instituição, a ONG-nave promovendo o acesso dos usuários aos seus direitos, com a formação de uma equipe multiprofissional, e tem a finalidade de entender as demandas presentes no cotidiano viabilizando a inclusão dos sujeitos desassistidos pelo Estado, onde a partir dessa desresponsabilização Estatal o Terceiro Setor passa a assumir as demandas oriundas do capital, necessitando de profissionais críticos, criativos e propositivos com uma atuação voltada para a gestão, gestão de projetos desta organização.

A NAVE é uma Organização em prol da Natureza, Arte, Vida e Educação. É pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos que existe, desde 2007, dedica-se a desenvolver ações que contribuam para a dignidade, para o equilíbrio sadio e a para diversidade sociocultural e ambiental das múltiplas formas de vida e existência, tem por missão contribuir para o desenvolvimento pleno da cidadania, visando o

desenvolvimento integral do indivíduo e a construção de uma sociedade sustentável. De 2007 a 2011 a Organização atuava de forma pontual, através dos atendimentos de saúde holística e de ações sociais em mutirão nas comunidades, em 2012, a NAVE enquanto organização, propõe o seu primeiro projeto social, e se submete a um edital de financiamento que previa subsídios para projetos de geração de renda em São Luís.

O Serviço Social na ONG-NAVE se dá no âmbito da elaboração dos projetos em vários eixos, tais como: agroecologia, saúde natural e integral, educação, empoderamento da mulher, arte e cultura, como também é importante na elaboração dos projetos, garantindo que mesmo em um projeto que não seja diretamente ligado ao Serviço Social, pode ser que seja contemplado em todas as ações da organização, portando essa transversalidade em todos os projetos tendo como perspectiva de despertar para vivência da cidadania todas as suas garantias de direitos, promovendo os mínimos sociais como direito dos cidadãos e dever do Estado.

Atua ainda diretamente com as comunidades compondo a rede de atendimento da política de assistência social com a oferta de serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) através de reuniões socioeducativas e atividades artísticas, culturais e fomento de autoestima e qualidade de vida. O Assistente Social dessa forma, precisa ser um profissional qualificado, capaz de identificar, compreender e analisar os aspectos da realidade para executar sua profissão com postura crítica e propositiva, e que possa agir nas expressões da questão social.

Nesse sentido, ao analisar este novo modelo e perfil da atuação do profissional nas políticas sociais, percebe-se que há uma convergência ao Projeto Ético-Político da categoria, ações essas norteadas pela Lei de Regulamentação da Profissão e pelo Código de Ética Profissional, que tem como premissas os princípios de liberdade como valor moral e ético, defesa dos direitos humanos, luta para a consolidação da democracia e ampliação da cidadania (CFESS, 2012). Como afirma Iamamoto e Carvalho (2009, p.112-113). [...] “O Assistente Social é chamado a constituir-se como agente institucional de “linha de frente” nas relações entre a instituição e a população”.

Destaca-se que a partir da reestruturação capitalista e as novas imposições da ordem hegemônica para a sociedade civil e a responsabilização do “Terceiro Setor” como estratégia neoliberal a responder as expressões da questão social, pressupõe-se que essa nova conjuntura gera novas demandas e imensos desafios para atuação e para a materialização do projeto ético-político da profissão.

Diante das transformações sócio-históricas nas relações entre o Estado e a sociedade, onde a economia se encontra em grande recessão e totalmente submissa ao capital, notamos o agravamento das expressões da questão social, como aumento da pobreza; aumento do desemprego e subemprego; das desigualdades sociais e econômicas e a perda de direitos e conquistas sociais, o que ocasiona um redimensionamento da profissão e dos espaços sócio-ocupacionais no sentido de intervir melhor na realidade, onde o cenário é marcado pelo deslocamento da “satisfação de necessidades da esfera pública para a privada” (IAMAMOTO, 2009. p. 359)

As transformações ocorridas nos países capitalistas nos últimos trinta anos, vindas da crise estrutural do capitalismo, traz profundas modificações no mundo do trabalho (como o desemprego estrutural, a tecnologia, flexibilidade, terceirização) e particularmente no Serviço Social, a partir da orientação neoliberal há um redimensionamento das políticas sociais, onde estas sofrem profundas alterações nas suas orientações e funcionalidade, passam pelo processo de privatização e focalização (MONTAÑO, 1997, p. 76).

De acordo com Mota e Amaral (1998, p. 25), as demandas sociais e necessidades sociais não são sinônimos, já que as demandas são “requisições técnico-operativas, que através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes”, os quais demandam, segundo as autoras necessidades políticas, culturais, econômicas e sociais.

Assim as necessidades sociais se tornam fonte de demanda da atuação profissional do Assistente Social, assim a principal tarefa posta para o Serviço. Ainda de acordo com Iamamoto (2012, p. 43), é na realidade que as possibilidades estão postas e o profissional deve se apropriar desta e desenvolver alternativas de atuação, pois munido da real compreensão da realidade evita o modo fatalista de ver e entender o processo histórico, como se a realidade tivesse com seus limites constituídos, sem qualquer possibilidade de modificação.

É de suma importância a compreensão da emergência do Serviço Social como produto histórico, síntese de lutas de classes condensadas no projeto hegemônico burguês, quando o Estado toma para si a resposta das sequelas da “questão social” e dentro da divisão sociotécnica do trabalho, a tese de o Serviço Social evoluir (como organização e profissionalização) da caridade e da filantropia é rejeitada; não há evolução ou continuidade direta entre filantropia e Serviço Social, e sim ruptura,

descontinuidade. Neste sentido, a reforma (neoliberal) do Estado não promove uma “refilantropização do Serviço Social”.

Se este último não surge, não evolui daquela, mal poderia retornar àquilo que nunca foi. Não há, portanto, uma passagem paulatina de práticas profissionais dos assistentes sociais para práticas filantrópicas dos mesmos. O que se processa, na verdade, *é uma perda do espaço profissional-ocupacional dos assistentes sociais*, que deixa lugar a – porém não evolui em – *um aumento das práticas filantrópicas* (MONTAÑO, 1999, p. 73).

O Serviço Social que retorna ao desenvolvimento da filantropia, posto que, de acordo com as análises apresentadas pelo mesmo, rejeita-se a tese do surgimento da profissão vinculada a práticas filantrópicas, mas sim, o que se constata – a fim de se consolidar o projeto burguês na sociedade, em que todas as relações, e em especial as do mundo do trabalho, se flexibilizam – é um redirecionamento do espaço prático ocupacional do Serviço Social, em que se verifica a partir da retirada do Estado o aumento da filantropia por instituições da sociedade civil, “não é uma atividade prática (o Serviço Social) que se transforma (de profissional/Estatual para voluntarista/particular), e sim uma atividade prática (o Serviço Social) que é paulatinamente *substituída* por *outra* diferente (a ação filantrópica) (MONTAÑO, 1999, p. 73).

Um dos desafios da gestão no terceiro setor é conseguir com que as diversas pessoas da organização compreendam e, especialmente, se comprometam com a missão e com os objetivos estabelecidos buscando a sua realização, utilizando para isso “seus conhecimentos, inteligência, energia e dedicação” (FISCHER, 2004, p.77). O assistente social no terceiro setor faz uma “ponte” entre as necessidades sociais e o Estado, buscando o acesso aos direitos da população. No terceiro setor, assim como nas demais áreas de atuação o assistente social deve evitar uma ação imediatista, burocrática e assistencialista buscando constantemente a atualização e especialização.

O surgimento do Terceiro Setor na sociedade é necessário a inserção do profissional de Serviço Social na instituição para da resposta as expressões da questão social, assim o profissional busca oferecer os serviços pelas instituições para atender a demanda da questão social. Sendo assim a atuação em instituições do terceiro setor se configura o Serviço Social como impactos trazidos no processo de

“contrarreforma” no Estado brasileiro, a partir da transferência dos serviços sociais para a esfera do terceiro setor.

As novas formas de responder as expressões da questão social – como já fora citado – irão apresentar novas demandas e novos espaços ocupacionais para o(a) assistente social, no caso das competências e atribuições é importante salientar que elas chegam, por vezes, a extrapolar o que está previsto na lei de regulamentação da profissão (8.662/93) no tocante as competências e atribuições profissionais, principalmente a partir da difusão dos princípios da ajuda e solidariedade o que pode “levar à desprofissionalização do atendimento social” (ALENCAR, 2009, p.458).

Desta forma, o objetivo do presente estudo, consiste em analisar a prática profissional desenvolvida pelo Assistente Social na ONG Nave. Para tanto, tais objetivos específicos foram delimitados: Analisar os aspectos históricos e conceituais do Terceiro Setor no Brasil situando a ONG NAVE; Descrever o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários e Refletir sobre as principais estratégias desenvolvidas pelo assistente social no que diz respeito ao fortalecimento de vínculos comunitários por meio dos serviços realizados.

Na elaboração desta pesquisa, adotou-se o o método dedutivo, quanto a natureza da pesquisa, trata-se de uma pesquisa básica, sendo ainda de natureza qualitativa, para tanto, dividiu-se em dois momentos, primeiramente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, e de forma posterior compreende-se a pesquisa empírica, como forma de documentação direta com a finalidade de conseguir mais informações sobre o assunto investigado, que por sua vez, foi dividida em duas etapas: primeiramente, realizou-se uma coleta de dados na qual utilizou-se como instrumento um questionário. Esta etapa foi realizada com um assistente social, atuante nas atividades da ONG Nave.

Na segunda etapa, realizou-se a análise dos dados, a sistematização das respostas, por meio da transcrição das respostas, para melhor explanação e entendimento dos resultados.

Neste sentido, para melhor entendimento do objeto de estudo, organizou-se este estudo em dois capítulos. No Primeiro Capítulo, abordar-se-á a contextualização histórica do Terceiro Setor, enfatizando sua trajetória no Brasil, os marcos regulatórios e sua correlação com o enfrentamento da questão social, onde aborda-se suas principais influências no Brasil, sua origem, evidenciando os muitos questionamentos

acerca do seu surgimento e sua evolução histórica até os dias atuais, situando-se assim a Ong Nave.

Destacando-se que o Primeiro Setor é representado pelo Estado, em suas diversas instâncias de poder, municipal, estadual e federal. Sendo assim, o Segundo Setor é composto hoje pelas organizações com fins lucrativos, representado pelos setores primário, secundário e terciário, ou seja, pela indústria, comércio e serviços. E o Terceiro Setor, por sua vez, é composto pelas instituições sem fins lucrativos, instituições essas que hoje atuam nas mais diversas áreas do território nacional brasileiro, como assistência social, meio ambiente, defesa de direitos, entre outras.

No segundo capítulo, por sua vez, versa sobre as estratégias desenvolvidas pelo assistente social no que diz respeito ao fortalecimento de vínculos comunitários. Ainda nesse mesmo, capítulo realiza-se o tratamento das falas da assistente social entrevistada, permitindo, assim, constatar a prática profissional desenvolvida pelo Assistente Social na ONG Nave para fortalecimento de vínculos.

Enfatiza-se nesse capítulo, que a profissionalização do assistente social está notadamente ligado aos meios sociais, sendo este o seu campo de atuação. As refrações sociais acometidas aos usuários do Serviço Social, estabelecem as ações da profissão vinculadas as necessidades das sociedades em obter mudanças. No que se remete as práticas profissionais em meio ao Terceiro Setor, o profissional se vê ligado diretamente as apreensões das classes inseridas nesse processo e suas imputações sociais.

Ainda destaca-se, que para atuar junto a entidades do Terceiro Setor que atuam com a política de assistência social, é imprescindível a presença de um Assistente Social, por conta de sua formação profissional, do que estabelece a lei que regulamenta a profissão e o próprio Código de ética Profissional, mas o trabalho também tem que ter uma dimensão Inter disciplinar. Assim o Serviço Social passa a ser chamado para acolher as demandas do terceiro setor que surgem através de um procedimento, que prioriza o atendimento para aqueles que não podem pagar pelos serviços prestados para a comunidade mais carentes.

Nas Considerações Finais, busca-se descrever com mais precisão o resultado das respostas aos questionamentos, possibilitando, assim, evidenciar também os entraves que esse profissional enfrenta com vistas à consolidação do fortalecimento de vínculos, bem como os principais desafios do projeto em questão, finalizando-se assim, com as ponderações advindas de todo o trabalho.

2 TERCEIRO SETOR: Contextualização histórica

Abordar-se-á, neste capítulo, uma discussão acerca do contexto histórico do Terceiro Setor e suas principais influências no Brasil, referentes aos marcos regulatórios e às refrações da questão social –, elencando-se, assim, os pontos relevantes do Terceiro Setor, desde o seu surgimento até os dias atuais.

É possível notar na história do Terceiro Setor a presença da Ação Social, no sentido de ajuda voluntária de um ser humano pré-histórico para com o seu semelhante, mas é a partir da história escrita que esse setor passou a ser registrado.

Porém, segundo Egg (1987), a característica inerente ao homem de agrupar-se em sociedades possui como qualidade intrínseca o simbiótico relacionamento entre a vocação e a necessidade de ajuda mútua como partes de uma mesma ação de irmandade. Essa qualidade característica humana teve seus primeiros aspectos alterados à medida que a sociedade evoluiu em seus relacionamentos interpessoais, principalmente com a invenção da máquina a vapor.

Nas sociedades denominadas como sociedades primitivas, a ação social aos necessitados e desvalidos era assumida pela família como uma face e apoio mútuo que prestavam uns aos outros, como forma de solidariedade ao seu semelhante ou aqueles que não têm mais força de trabalho (idosos), sendo esse o vínculo especial que unia a família primitiva e constituía a principal motivação para a ajuda mútua no seu âmbito de realização.

Conforme Foucault (1998), ainda no cristianismo primitivo foram criados os serviços de assistência chamados “Diaconais”, nome esse derivado de diácono, e as “Xenodoquias”, que eram antigos estabelecimentos gregos destinados ao tratamento de doentes. Para o autor, suas respectivas missões eram a de organizar e distribuir as esmolas e ajudas privadas, fazer o registro dos necessitados, organizar coletas, recolher doações e oferendas e depois as distribuir entre os pobres e doentes (FOUCAULT, 1998). Já na Grécia antiga, sob a hegemonia de Atenas, a ajuda social aos desvalidos (viúvas, doentes, inválidos e órfãos) foi uma prática estabelecida pelo próprio Estado, na forma de distribuição de pão, farinha, trigo, azeite e carne oferecidos para os sacrifícios.

Conforme Egg (1995), as verbas para esse tipo de ajuda eram obtidas em parte por meio do pagamento de ingressos aos estádios, assembleias, teatros, entre outros. Entretanto, para nós, neste estudo, o mais importante de todos esses acontecimentos

históricos, no sentido de ajuda aos necessitados, foi o sistema alimentício instituído em Roma pelo Imperador Marco Nerva, em fins do século I da era cristã. Esse sistema demonstra os primeiros passos do Terceiro Setor, pois esse sistema pretendia ajudar as camadas mais pobres da população romana e garantir a boa nutrição das crianças.

Posteriormente, de acordo com Grant (1994), foram estabelecidas em Roma outras instituições de benemerência, que hoje teríamos por responsáveis, ou, antes, de beneficência, os chamados *questores alimentorum*; talvez esses administradores tivessem sido os mais longínquos antecedentes dos atuais trabalhadores sociais.

Outros fatos históricos importantíssimos narrados por Grant (1994), das primeiras atividades sociais humanitárias e assistenciais, tratam-se do aparecimento das grandes religiões ocidentais, tais como: judaísmo, islamismo e cristianismo, entre outras, onde os seres humanos passaram a agir movidos por impulsos humanitários e religiosos que os faziam oferecer socorros aqueles que não pertenciam ao seu círculo imediato. Nesta caminhada de ação social surgiram normas morais e religiosas, nas quais se encontram as primeiras e mais rudimentares formas de ajuda e de assistência aos necessitados e carentes (FOUCAULT, 1998).

Para Egg (1995), três formas principais de ajuda e assistência aos necessitados podem ser mencionadas durante a Idade Média europeia: i) *Ajuda pública*, fornecida através dos hospitais, que aparecem quase simultaneamente com os primeiros mosteiros (ordens religiosas). Por outro lado, a ajuda pública também se refere à obrigação do rei e dos senhores de proteger os vassallos, servos e súditos, atender às suas necessidades e olhar pelo bem de todos. ii) *Ajuda mútua*, prestadas nas corporações entre os membros das associações profissionais, em formas de assistência social. iii) *A esmola*, que era uma ação de caráter individual, praticada pelas pessoas como “dever religioso e meio de salvação”, que constituía a forma de ajuda mais difundida, que era praticada de duas formas: entrega direta a necessitado ou a instituições como asilos, hospitais, entre outras, que prestavam serviços a pessoas necessitadas.

Conforme os relatos históricos citados acima, compreende-se os porquês da necessidade de ajuda de um ser humano ao outro, independentemente do motivo, se prevenção de problemas ou se por sentimentos humanitários, a ação social é tão antiga quanto a própria História da humanidade.

Ao longo dos séculos das atividades de solidariedade humanitária de ação social, as sociedades cresceram e tornaram-se mais complexas, desta forma, o ato

de ajudar requereu algum avanço neste sentido, onde a ação social passou a tomar forma e agregar suas principais características planetárias.

Outra importante ferramenta que ajudou o terceiro setor é o mercantilismo, que ao longo dos séculos sofreu transformações econômicas que configuram a economia capitalista: as revoluções científico-tecnológica e burguesa, o Estado liberal, os novos problemas sociais, o surgimento do proletariado e do movimento sindicalista. Para muitos estudiosos e críticos da matéria, ambos acreditam que essas transformações culminaram numa nova situação, na qual surgiram novas instituições de ajuda e as primeiras legislações de cunho social para atender aos problemas da pobreza.

De acordo com Foucault (1998), em meados do século XIX, teve início, no continente europeu, um vasto movimento associativo de caráter liberal e pluralista, de cunho predominantemente reivindicativo, expressão das precárias condições econômicas e sociais (instrução, habitação, consumo, entre outras) em que vivia a classe operária em alguns países ocidentais em rápida industrialização.

No entanto, todas essas associações em geral tinham por objetivos a luta contra a pobreza e a desigualdade social e o respeito pelos direitos fundamentais do homem. Há quem diga que é a partir deste movimento que começou outro movimento, denominado hoje de Direitos Humanos.

Porém, não podemos perder de vista que todas essas organizações procuravam, já na época, uma grande independência face ao Estado e às suas instituições, tais como Alemanha, França e Inglaterra, países que reuniam condições favoráveis para se desenvolverem (DURKHEIM, 1999).

Para Egg, cabe lembrar que é no Protestantismo que o pastor Thomas Chalmers introduziu a necessidade de realizar estudos prévios antes da ação e organizou o trabalho de assistência aos pobres, mediante a ajuda dos vizinhos e a ação pessoal (EGG, 1995).

Para o autor, não se pode também esquecer dos acontecimentos sociais ocorridos na Inglaterra em 1601, denominados como Lei de Pobres. Todavia, segundo Egg (1997), é na Reforma da Lei de Pobres de 1834 que ela se firma socialmente, ocorrendo importante evolução na organização da beneficência, a partir das novas ideias relativas à natureza da pobreza e do próprio papel do Estado moderno, no que diz respeito à sua função benéfico-assistencial.

Já segundo Bergamini (2004), praticamente é na cidade alemã de Elberfeld, por volta de 1853, que pela primeira vez, segundo propusera Luís Vives, mais de dois

séculos antes, desenvolve-se um programa de ajuda aos necessitados assumidos pelo governo da cidade.

Isso, que hoje denominamos de Ação Social no nível municipal, tinha como características a sustentação do programa de ajuda através dos impostos e doações, a elaboração de um estudo permanente da situação dos pobres, mediante métodos de estudo hoje denominados de “técnicas de observação participante”, tendo como principal aspecto o envolvimento de pessoas responsáveis pela realização do programa, voluntários que moravam nos bairros pobres que se informavam a respeito das condições de vida no local e zelavam pelos necessitados.

Outro polo importante nesse movimento de ação social do Terceiro Setor se trata da ajuda privada assistencialista, nascida nos países europeus no período de ocupação colonial aos territórios de África, movimentos esses considerados precursores do aparecimento, em 1863, de um movimento internacional laico, de inspiração cristã, fundado em Genebra, denominado de “Cruz Vermelha”, que todos nós conhecemos ou do qual já ouvimos falar.

Nessa mesma caminhada, surge também outra instituição humanitária, a “Caritas”, criada na Alemanha em 1897 e reagrupada na “Caritas Internacional” em 1950 (RIBEIRO, 1997). Conforme Dutra, na mesma época William Booth funda o “Exército da Salvação” em 1864, cuja ação continua na atualidade (DUTRA, 2001).

No Brasil, assim como em outras nações mundiais, ocorreu o fenômeno de crescimento do Terceiro Setor, que, por sua vez, hoje convive com vários outros setores, como o Primeiro Setor (Estado), representado pelo governo, cumprindo esta uma função de gestor administrativo dos bens públicos.

Correspondendo assim às ações do Estado com fins públicos, executados em todas as esferas governamentais brasileiras (municipal, estadual e federal), e o Segundo Setor, representado pelo mercado (ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos) e, por último, não menos importante, a Sociedade Civil organizada (ONGs).

Porém, para compreendermos a evolução da ação social, especialmente no Brasil, até chegarmos ao surgimento do Terceiro Setor em solo brasileiro, é preciso focar o nosso olhar em três períodos históricos da nação brasileira:

i) *Do descobrimento ao século XVIII.* As primeiras instituições ligadas à assistência social no Brasil surgiram com a Igreja, e mais tarde outras associações.

Para Garcia (1981), embora essas associações tivessem um caráter devocional muito forte, também se caracterizavam por uma representação corporativa de um determinado setor social. Como, por exemplo, a “Irmandade dos Homens Pretos” e a “Irmandade da Santa Cruz dos Militares” – essas instituições não só prestavam serviços aos seus membros, mas também mantinham casas de caridade e asilos para indigentes.

ii) *Do século XIX até 1930*. Para o historiador José Aleixo Irmão (1994), a Maçonaria nesta época teve uma participação importante no processo de evolução da filantropia no Brasil.

iii) *De 1931 até a constituição de 1988*. Nesta época, a administração pública reconhece a importância de entender as reivindicações da sociedade, a partir do estabelecimento de direitos mínimos aos trabalhadores urbanos: sistema de ensino público; sufrágio universal; criação do sistema nacional de aprendizagem (SENAI – Serviço Nacional da Industrial; SENAC – Serviço Nacional do Comércio), entre outros benefícios. Em 1946, cria-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com a função de atender à população carente, que chegou a se organizar, segundo Nascimento (2000), em 90% dos municípios do país, tendo na sua presidência as primeiras-damas.

Quanto à questão conceitual do Terceiro Setor, não há um consenso por parte daqueles que pesquisam o assunto, havendo assim diversas definições. Conforme pontua Gohn (2001), o termo Terceiro Setor, embora pareça contemporâneo, já era utilizado por diversos movimentos políticos – desde a Social-Democracia¹ nos anos 1920 e 1960 na Alemanha, no Partido Comunista Italiano nos anos 1970 e reaparecendo com mais força nos anos 1990 na Inglaterra, para depois ser difundido pelo mundo ocidental.

Para Fernandes (1994), o conceito denota: um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão. “Bens e serviços públicos” nesse caso implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas (FERNANDES, 1994, p. 21). Terceiro Setor seriam iniciativas *“privadas que não visam lucros, iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado. São cidadãos*

¹Doutrina revolucionária socialista e marxista que se difundiu especialmente na Alemanha, Rússia e países escandinavos, a partir da segunda metade do século XIX, até as vésperas da revolução de outubro de 1917, na Rússia.

participando de modo espontâneo e voluntário, em ações que visão ao interesse comum." (ROTHGIESSER, 2002, p.2).

Terceiro Setor de acordo com Fernandes (1997, p.24),

Trata-se de uma expressão traduzida do inglês "Third Sector", e faz parte do vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos, juntamente com duas outras expressões. A primeira, "Nonprofit Organizations", ou "Organizações Sem Fins Lucrativos", que se referem às instituições cujos benefícios financeiros não podem ser distribuídos entre seus diretores e associados e a segunda, "Voluntary Organizations -", ou "organizações voluntárias", que são aquelas provenientes de um puro ato de vontade de seus fundadores e que estariam complementando as primeiras.

Atualmente, conforme Gonçalves, o conceito mais aceito é o de que se trata de uma esfera de atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido comum (GONÇALVES, 1999, p. 2).

De notório, há algo em comum entre o Terceiro Setor e o Estado: ambos cumprem uma função eminentemente coletiva, agrupando, assim, hoje, uma grande variedade de instituições no Terceiro Setor: Organizações Não Governamentais, Fundações e Institutos Empresariais, Associações Comunitárias, Entidades Assistenciais e Filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos. Porém, ao pesquisarmos sua origem, percebemos que não se pode afirmar, de forma categórica, clara e exata, quando este Setor se insere propriamente na sociedade.

No entanto, partindo da análise neoliberal², simultaneamente com os outros dois setores, o Primeiro Setor, representado pelo Estado, cumpre a função administrativa dos bens públicos e o Segundo Setor é representado pelo mercado, ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos.

De acordo com o Relatório Geset (2001), o Terceiro Setor no Brasil originou-se da participação das difusas entidades sem fins lucrativos datadas do final do século XIX. O Relatório Geset cita o exemplo das Santas Casas, que remontam mais atrás, na segunda metade do século XVI, e trazem consigo uma tradição da presença das igrejas cristãs no Brasil, especialmente nas grandes capitais, que direta ou indiretamente atuavam prestando assistência à comunidade.

²Neoliberalismo é o ressurgimento de ideias associadas ao liberalismo econômico *laissez-faire* que teve início nas décadas de 1970 e 1980. Os seus apoiantes defendem uma extensa liberalização econômica, livre comércio e a redução da despesa pública como forma de reforçar o papel do setor privado na economia.

No entanto, toma-se como destaque no Brasil a Igreja Católica, que, com suporte do Estado, era responsável pela maior parte das entidades que prestavam algum tipo de assistência às comunidades e indivíduos mais necessitados, que ficavam e continuam ficando às margens das políticas sociais básicas de saúde e educação. A ação das Igrejas, concomitante com a do Estado, durou todo o período colonial, até início do século XIX (RELATÓRIO GESET, 2001, p.6-7).

Desta forma, Montaño (2010) evidencia a importância do papel ideológico que o Terceiro Setor cumpre dentro das políticas neoliberais, flexibilizando as relações de trabalho, onde o Estado permanece como primeiro instrumento importantíssimo na hegemonia do capital, manifestando, assim, a construção social e ideológica, sem esquecer a historicidade reproduzida teoricamente do movimento real desse fenômeno denominado de Terceiro Setor.

Porém, já no século XX surgem outras religiões e entidades, que, juntamente com a Igreja Católica, passam a atuar nos campos filantrópicos associados ao Estado. No período republicano brasileiro, a relação entre Igreja e Estado mudou de rumo ou foco, uma vez que antes esses dois objetivavam o atendimento e a assistência às questões sociais.

Conforme o Relatório Geset, nessa nova fase, passam a atuar outras religiões, utilizando-se das mesmas práticas da Igreja Católica, beneficiando-se também de parcerias com fins filantrópicos junto ao Estado (RELATÓRIO GESET, 2001, p. 6).

Além da introdução de novas instituições atuando em setores que até então tinham a atuação de atores tradicionais (Estado e Igrejas), outro fator passa a ter papel importante nessa nova era – colaborando na mudança de relacionamento entre a Igreja e o Estado –, sendo ele a “modernização natural” da própria sociedade, vista por muitos estudos e críticos da temática como fruto da industrialização e urbanização da época, fazendo com que aumentasse a complexidade dos problemas sociais. Dentro desse contexto, começam a aparecer na década de 1930 várias entidades da sociedade civil, na maioria das vezes também atreladas ao Estado.

Lembrando que outro importantíssimo marco da nossa história, conhecido como o Estado Novo, teve um papel importantíssimo nessa construção social filantrópica, ao dar continuidade ao processo de criação de organizações de finalidade pública. Conforme o relatório, ainda nesse mesmo período cresceu o número de entidades atuando no Terceiro Setor, cuja representatividade já não era tão definida, ou seja, não se tratava mais só de Igrejas e Estado, mas também de entidades não

governamentais, sem fins lucrativos e de finalidade pública (RELATÓRIO GESET, 2001, p. 6-7).

No entanto, é nas décadas de 1970 e 1980 que uma sociedade tradicionalmente hierarquizada e desigual se acentua e começam a surgir movimentos sociais, opondo-se especialmente às práticas autoritárias do regime militar desse período, assim como reivindicando direitos sociais e políticos. Ainda nesta caminhada histórica no Brasil do Terceiro Setor, vale destacar a Constituição de 1988, que, num amplo processo de mobilização política e social do país, promoveu melhorias no que diz respeito ao aumento dos direitos de cidadania política e princípios da descentralização na promoção de políticas sociais.

Adicionalmente, houve muitas pressões dos movimentos populares, através dos chamados na época “lobbies populares” no Congresso Nacional, a fim de que emendas populares fossem aprovadas. Nesse sentido, conforme Teixeira, é inegável que a Nova Constituição representou um avanço no que diz respeito à política social no Brasil (TEIXEIRA, 2000, p. 31).

Partindo desta premissa, o Terceiro Setor solucionaria a dicotomia entre o público e o privado, o Estado como agente público e o mercado considerado privado, onde é evidente ainda hoje uma debilidade na conceituação do Terceiro Setor, devido à falta de rigor teórico no distanciamento ideológico da realidade vivenciada na área social no Brasil.

Montaño (2010) reafirma a importância do papel ideológico que o Terceiro Setor cumpre na implementação das políticas neoliberais e a sua sintonia com o processo de reestruturação do capital após os anos 1970, onde há flexibilização das relações de trabalho e afastamento do Estado das responsabilidades sociais entre capital e trabalho.

[...] permanecendo, no entanto, instrumento de consolidação hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro. Desta forma, o caminho que toma como ponto de partida o próprio conceito de terceiro setor constitui um caminho endogenista, que acaba por reproduzir os mesmos (pré) conceitos iniciais, perdendo a perspectiva de um processo inserido em fenômenos sociais mais amplos que o determinam e explicam. (MONTANO, 2010, p.16-17).

A principal análise neste contexto histórico do Terceiro Setor é a contradição entre capital e trabalho, pois, como se vê, este debate está inserido em um processo amplo, que coloca a realidade destes fenômenos como inter-relacionados e

conectados em uma dinâmica histórica e ideológica, onde se priorizam as ações das organizações da sociedade civil do Terceiro Setor como separadas dos esforços reivindicatórios e lutas sociais, também esquecendo as conquistas sociais garantidas pela intervenção estatal, com tendência a retrair o processo democrático, quando reverte o ganho histórico dos trabalhadores, ou seja, uma flexibilização com relação aos seus direitos, que deixam de existir e perdem espaço para as organizações solidárias e para o voluntariado.

É nesta acepção que o atendimento à Questão Social³ pelo Terceiro Setor não está inserido no âmbito do direito e sim no projeto liberal que o transforma em uma opção. Constata-se nas últimas décadas, em todo o território nacional, um crescimento quantitativo e qualitativo do Terceiro Setor como um todo, em especial das ONGs (Organizações Não Governamentais).

Entretanto, com a consolidação democrática brasileira, evidenciada através da formação de sindicatos, das pluralidades partidárias, e fortalecimentos de movimentos sociais urbanos e rurais, abriu-se um gigantesco espaço para atuação mais efetiva das ONGs no Brasil.

Até então, em virtude da atuação ineficiente do Estado, em especial na área social, o Terceiro Setor vem crescendo e se expandindo em várias áreas e pontos deste país, objetivando sempre atender à demanda por serviços sociais, requisitados por uma quantidade expressiva da população menos favorecida socialmente, em vários sentidos, em que o Estado e os agentes econômicos não têm interesses ou não são capazes de provê-la.

É neste sentido que o Terceiro Setor vem crescendo em todo o território nacional. Conforme Gonçalves (2002), com as práticas cada vez mais efetivas de políticas neoliberais do capitalismo global, produz-se instabilidade econômica, política e social, principalmente nos países do terceiro mundo.

Adicionalmente, esse setor tem como premissa básica a equidade e a justiça social com as instituições democráticas.

A campanha “Ação Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, foi um marco pela sua abrangência e poder de mobilização, dirigida pelo sociólogo Herbert de Sousa, o

³Segundo Yamamoto (1999, p.27), a Questão Social pode ser definida como: o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Betinho (BAVA,2000, p.55), que colocava nos seguintes termos:Vamos sonhar, pensar e praticar a democracia, cada um fazendo a sua parte, tomando iniciativa, pondo a sua própria capacidade a serviço de todos e, com isso, exercendo o direito e o dever de cidadania.

Até mesmo o Segundo Setor (representado pelo mercado), que funciona com uma lógica diferente, na qual se visa o lucro, desde a década de 1990 vem encabeçando e dirigindo recursos para programas e projetos sociais, especialmente através de suas fundações e institutos, sendo assim mais uma opção de recursos para a área do Terceiro Setor no Brasil. Porém, tanto o Estado quanto o mercado não conseguem responder aos desafios do desenvolvimento com equidade.

A participação dos cidadãos é essencial para consolidar a democracia e uma sociedade civil dinâmica é o melhor instrumento de que dispomos para reverter o quadro de pobreza, violência e exclusão social que ameaça os fundamentos de nossa vida em comum. (FERNANDES, 1994, p.12).

Para Fernandes, tudo acontece em função do crescimento do Terceiro Setor na década de 1990. Houve a presente necessidade de leis adequadas, tamanha a sua importância e expansão na nossa sociedade.

No tocante ao seu surgimento no Brasil, De acordo com divulgação da *Revista Brasileira de Administração* (2002), não se tem dado exato de qual seja o início das primeiras organizações deste setor. Ainda de acordo com a revista, “A Casa de Misericórdia de Santos”⁴, criada em 1543, é a mais antiga instituição assistencial e hospitalar em funcionamento ou talvez seja a primeira instituição do terceiro setor de que se tem registro no Brasil”.

Sem sombra de dúvidas este foi um momento relevante para a evolução histórica do Terceiro Setor no Brasil – compreendendo o período da época da colonização até meados do século XX, com as ações de assistência social, saúde e educação sendo realizados especialmente pela Igreja Católica, em forma de asilos, orfanatos, colégios e, conforme citado, as Santas Casas de Misericórdia.

Porém, a consolidação do conceito de Terceiro Setor tem sua origem nos Estados Unidos, no final da década de 1970, elaborado por John D. Rockefeller III,

⁴ A Santa Casa de Misericórdia é uma irmandade que tem como missão o tratamento e sustento a enfermos e inválidos, além de dar assistência a “expostos” recém-nascidos abandonados na instituição.

sendo importado para o Brasil através da Fundação Roberto Marinho (IPEA – CODE, 2011).

Por sua vez, Montañó (2010) faz uma reflexão acerca do surgimento do Terceiro Setor no Brasil:

Surgiu na década de 80, numa construção teórica, com a preocupação de certos intelectuais ligados a instituições do capital por superar a eventual dicotomia público/privado? Teria data anterior, nas décadas de 60 e 70, com o auge dos chamados “novos movimentos sociais” e das “organizações não-governamentais”? Seria uma categoria vinculada às instituições de beneficência, caridade e filantropia, dos séculos XV a XIX(ou no Brasil, com as Santas Casas de Misericórdia, Cruz Vermelha etc.)? Sua existência data da própria formação da sociedade, conforme os contratualistas analisam? (MONTAÑO, 2010, p.55).

Ao analisar-se a fala do autor citado acima, ficam evidentes os muitos questionamentos acerca do surgimento desta instituição filantrópica no Brasil, pois, ao estudar essa temática, percebemos que não se pode afirmar de forma categórica quando este “setor” se insere na sociedade brasileira, tendo em vista as várias análises e contradições, mostrando debilidades conceituais. Porém, dentre as discussões acerca do Terceiro Setor no Brasil, pode-se compreender que o seu conceito foi idealizado a partir da segmentação do setor social nas seguintes esferas:

i) O Primeiro Setor, como um conjunto das atividades do Estado consideradas essenciais ao interesse público e de sua exclusiva responsabilidade;

ii) O Segundo Setor, que é o da sociedade civil, concebido pelo conjunto das atividades privadas, com finalidades estritamente particulares, da indústria, do comércio e dos bancos, ou seja, o mercado respondendo apenas pelo aquecimento da economia; e

iii) O Terceiro Setor, que tem a sociedade civil como instituição organizadora das tarefas que se referem às demandas sociais (MONTAÑO, 2010).

Ainda neste cenário histórico e ideológico do Terceiro Setor, é de extrema importância lembrar que a década de 1970 é conhecida nacionalmente como sendo a década em que surgiram as organizações denominadas de não governamentais-ONGs⁵, de diferentes formas e conteúdo, para defender os direitos políticos e

⁵O termo não existe legalmente e caracteriza-se como um conceito socialmente construído e difundido. Internacionalmente, o termo originou-se nas Nações Unidas (Non-Governmental Organizations–NGO), onde foi utilizado pela primeira vez para se referir às organizações da sociedade civil comprometidas com a reconstrução social após a II Guerra Mundial. Essas organizações não haviam sido criadas por acordos governamentais, logo, eram “organizações não governamentais”. Na América Latina e no Brasil, o termo foi introduzido pelas agências internacionais para denominar as

humanitários ameaçados pela ditadura militar. Também não podemos perder de vista que essas organizações tiveram um papel fundamental no novo cenário político brasileiro, que implicou no aumento e na autodenominação de atores da sociedade civil como representantes de grupo da sociedade. Segundo Gohn (2005), com esta abertura gradual de novos canais de participação e representação política, os movimentos sociais populares que haviam se destacado nos anos de 1980 “perderam paulatinamente a centralidade que tinham nos discursos sobre a participação da sociedade civil” (GOHN, 2005, p.74).

Neste contexto tenebroso e turbulento da nossa história política e ideológica, as Organizações Não Governamentais (ONGs) surgem no Brasil como entidades que assessoravam os movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980. Movimentos esses que lutavam contra o regime político, por direitos essenciais básicos, para que os indivíduos pudessem viver dignamente.

Assim sendo, a participação da sociedade civil na esfera pública ganha visibilidade através das ONGs e foi fundamental no processo de redemocratização do país (GOHN, 2001). Entretanto, o processo citado acima acontece no final dos anos 1980, mais precisamente no ano de 1988, quando, após vinte anos de Ditadura Militar, os brasileiros passam a viver sob a égide da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada na Câmara dos Deputados, em Brasília, pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o Deputado Ulysses Guimarães, em 5 de outubro de 1988. Ainda hoje o processo de democratização caminha a passos lentos, pois muitas das garantias asseguradas pela Constituição Federal ainda não foram implantadas, mas, como diria o Dr. Ulysses Guimarães, “O poder não corrompe o homem, é o homem quem corrompe o poder. O homem é o grande poluidor, da natureza, do próprio homem, do poder. Se o poder fosse corruptor, seria maldito e proscrito, o que acarretaria a anarquia”.

A ECO-92⁶ (Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento), realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi reconhecida devido à organizações responsáveis pela implementação de projetos de cunho social, por elas financiadas (PEREIRA, 2003).

⁶Em 1992, o maior cartão-postal brasileiro, o Rio de Janeiro, sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco-92 ou Rio-92. Foi a largada para que a conscientização ambiental e ecológica entrasse definitivamente na agenda dos cinco continentes.

repercussão internacional deste evento e pela capacidade de mobilização dessa organização, acontecendo o crescimento significativo do Terceiro Setor. Este viabiliza ações que nem o Estado e o mercado estariam atendendo, respondendo às demandas sociais, o primeiro por suas ineficiências e o segundo por focalizar seus objetivos no lucro e sua participação também não atender às questões sociais.

Desta forma, consideramos, juntamente com diversos autores do “terceiro setor”, a necessidade de que, no âmbito da sociedade civil, inclusive desde a sua cotidianidade, as pessoas, os movimentos sociais, as ONG’s, as associações comunitárias, os grupos de interesse ou categorias, participem ativamente do processo de lutas sociais. Pensar numa sociedade civil desarticulada, apática desmobilizada, é deixar este espaço para o controle hegemônico dos setores sociais que exercem a direção hegemônica na sociedade como um todo, desde o Estado, desde o mercado. A atividade da sociedade civil, na acepção marxiana, constitui o motor da história, e na interpretação gramsciana, condiciona os espaços e as formas de lutas de classes e a transformação social. (MONTAÑO, 2010, p.262-263).

Como se pode perceber, Montaño (2010) explica sua tese ao afirmar que o Terceiro Setor torna-se uma alternativa para que a sociedade civil interfira de forma organizada na administração pública, estabelecendo ampliação de participação através de uma relação com o Estado, porém não significa dizer que o Terceiro Setor seja o responsável por solucionar todos os problemas sociais enfrentados pela sociedade, e sim como mecanismo de apoio ao enfrentamento das refrações da questão social. Lembrando que também as ONGs tiveram suas raízes no Brasil nos anos 1970, quando os movimentos sociais e populares começaram a atuar no país, lutando pela democracia e contra a ditadura militar, que reprimia esses movimentos.

Por sua vez, Débora Nacif de Carvalho (2013) defende que o Terceiro Setor no Brasil possui quatro momentos marcantes, o primeiro na época da colonização do país até meados do século XX, quando se encontraram as ações de assistência social, saúde e educação realizadas pela Igreja Católica; o segundo a autora afirma que ocorreu no governo de Getúlio Vargas, onde o Estado assume o papel de formulador e implementador de políticas públicas; já o terceiro teria ocorrido durante o regime militar, caracterizando-se por uma intensa mobilização da sociedade seguida pelos movimentos sociais; e o quarto e último ocorreu a partir de 1980, com a redemocratização do país e o declínio do modelo intervencionista do Estado.

Existem muitos questionamentos que giram em torno do seu surgimento e da sua funcionalidade perante a sociedade no enfrentamento da questão social. Na contemporaneidade, percebe-se que a população está mais pauperizada diante deste

processo, segundo Gohn (2001, p. 76), “os pobres e, entre esses os miseráveis, os mais excluídos e/ou em situação de risco”.

Para Gohn (2001), a subdivisão da sociedade faz com que as políticas de proteção sejam direcionadas para os segmentos mais pauperizados, sendo que a prioridade de atendimento passa a ser o indivíduo ou a família, confirmando o processo focalista e colocando de lado a universalização que deve envolver as políticas sociais.

[...] enquanto a periferia retomava a luta para conquistar os chamados mínimos sociais, os remediados começaram a se mobilizar para não perder conquistas. A cidadania transformou-se em uma questão de sobrevivência. Uma parcela crescente da população passou a perceber que não havia como conservar ou ampliar sua qualidade de vida sem ação conjunta. (CAMPOS, 2002, p. 88).

Neste sentido, as preocupações com a cidadania ao longo da história da proteção social e os mínimos sociais estiveram presentes em ideais e tradições religiosas, ou seja, conforme os interesses econômicos vigentes como sinônimos de mínimos de subsistência, e, por essa razão, a população periférica começou a se movimentar para garantir seus direitos adquiridos.

Porém, para Montañó (2010), há um descompromisso do Estado no momento em que ocorre seu encolhimento no sentido de dar conta das diversas demandas—demandas essas que são reflexos do crescimento da questão social. Para o autor, o Estado contemporâneo não consegue atender às necessidades e aos anseios da sociedade sem a articulação da rede socioassistencial (MONTAÑO, 2010).

Ainda de acordo com o mesmo autor citado acima, esta transferência de responsabilidade ocorre devido à implantação de políticas com cunho neoliberal, políticas essas que são, na maioria das vezes, objetivadas a aquecer a economia e fazer com que os indivíduos se encontrem fragilizados devido ao desemprego estrutural, subemprego e esvaziamento do sistema de proteção social do Estado, de maneira que sejam responsabilizados pela criação de alternativas para solucionar seus carecimentos.

Partindo do pressuposto acima descrito, o Terceiro Setor solucionaria a dicotomia entre o público e o privado, identificado o Estado como público e o mercado considerado privado.

No Brasil, as políticas públicas tiveram seus marcos regulatórios no século XX, basicamente entre os anos de 1930 e 1943, surgindo dos conflitos entre o capitalismo,

proletariado e Estado, estando relacionadas com os movimentos que lutavam por melhoria nas condições trabalhistas, tendo como avanço a criação do Ministério do Trabalho na década de 1930 e a carteira de trabalho em 1932. Vejamos algumas regulamentações que antecedem a Constituição:

A lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, reconhece como de utilidade pública as sociedades civis, associações e fundações, constituídas no país, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade. A lei é regulamentada pelo Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961. (SZAZI, 2000,p. 148-149).

A referida lei determina regras pelas quais as entidades sem fins lucrativos são declaradas de utilidade pública, estabelecendo algumas condições para o recebimento dos títulos de utilidades publica e de filantropia.

A lei nº 9637, de 15 de maio de 1998, qualifica como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e saúde.(SZAZI, 2000,p. 148-149).

Articulada pelo ex-ministro Bresser Pereira, promove-se uma verdadeira transferência de atividades estatais para o setor privado, dispondo sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, e a criação do PNP - Programa Nacional de Publicização⁷.

A lei nº9.790, de março de 1999, qualifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), e institui e disciplina o termo de parceria, a ser firmado entre o Poder Público e as Oscip, destinado ao vínculo de cooperação entre as partes [...]. (MONTAÑO, 2010, p.203-204).

Desta forma, tomando por base o que regulamenta tais leis, estas acabam por ignorar a composição do tripé da seguridade social⁸, visto que os serviços prestados pela sociedade civil, organizações e empresas em geral visam atender às necessidades sociais básicas e emergenciais, significando que as pretensões não são a de assegurar direitos e sim multifragmentar os atendimentos, como no caso das

⁷Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998-Art.1ºO Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

⁸Como define a Constituição Federal de 1988, “A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência Social e à Assistência Social” (art. 194,CF).

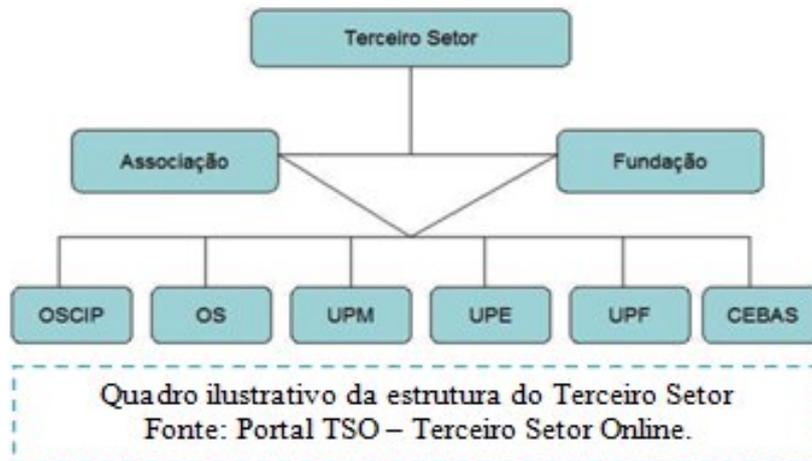
ONGs que, “na melhor das hipóteses, fornecendo atendimento [...] para grupos limitados, em circunstâncias locais, dependendo dos caprichos e interesses dos doadores estrangeiros” (MONTAÑO, 2010, p.170).

Nesse âmbito, fica evidente a importância fundamental para que os interesses da população, em geral, sejam atendidos e que haja parcerias entre Estado e sociedade para o financiamento destas entidades.

É que, em geral, as organizações do chamado “terceiro setor” não tem condições de autofinanciamento e dependem particularmente da transferência de fundos públicos para seu funcionamento mínimo. Esta transferência é chamada, ideologicamente, de “parceria” entre o Estado e a sociedade civil, com o Estado supostamente contribuindo, financeira e legalmente, para propiciar a participação da sociedade civil. (MONTAÑO, 2010, p.199).

Conforme Montaña (2010), esta transferência é chamada ideologicamente de “parceria” entre o Estado e a sociedade civil, reiterando que “as organizações do chamado ‘terceiro setor’ não tem condições de autofinanciamento e dependem particularmente da transferência de fundos públicos”, logo, presume-se que o Estado transfere a responsabilidade para tais organizações e não assume seu papel primordial. Em 2007, a CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que foi criada para investigar os repasses de dinheiro público para organizações não governamentais, gerou grande polêmica, pois apontou irregularidades existentes na conduta dos parlamentares, chefe do executivo e organizações do Terceiro Setor, dando origem à Lei 13.019/14.

As terminologias mais utilizadas até então para identificar as pessoas jurídicas sem fins lucrativos são as mais diversas, como observa-se em sua estrutura, na ilustração a seguir:

Quadro 1. Estrutura do Terceiro Setor.

Fonte: Portal TSO, 2015.

No entanto, a terminologia Organização Não Governamental (ONG) é o termo genérico e popularmente utilizado para designar entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, que não se confundem com o Poder Público.

Dessa sorte, a terminologia ONG, apesar de ser o termo mais popular, por ser excessivamente abrangente, não é a mais utilizada nas esferas técnicas.

Apesar das diversas denominações usadas na academia, a terminologia Organização Social (OS) é a entidade que possui essa qualificação especial, outorgada pelo Poder Público mediante procedimento prévio de certificação, quando se enquadrarem nas exigências de lei federal (Lei 9.637/98) e das leis estaduais e municipais que disponham sobre a matéria (em caráter complementar).

Assim, pode-se afirmar que as organizações sociais são entidades que podem firmar contratos de gestão com o Poder Público.

Neste trabalho, portanto, apontamos para outra entidade, denominada de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que é hoje a entidade que possui essa qualificação especial, outorgada pelo Poder Público, especificamente pelo Ministério da Justiça, apenas quando se enquadram nas exigências e restrições de lei federal (Lei 9.790/99). As OSCIPs se firmam neste sentido, mediante parcerias com o Poder Público nos termos da Lei 9.790/99.

Apesar de creditar uma razoável suficiência descritiva à definição acima, a Organização da Sociedade Civil – OSC (Lei 13.019/14) é toda entidade sem fins

lucrativos que não distribua qualquer forma de resultado entre seus associados e aplique todos os seus recursos em sua finalidade social.

Além disso, a associação não prescinde de capital e tem sua origem da motivação de pessoas em prol de um determinado objetivo, seja ele social ou não.

Neste âmbito, a fundação nasce com capital, por meio da dotação de seu(s) fundador (es), e sua vocação obrigatoriamente terá de ser moral, religiosa, assistencial ou cultural, segundo o novo Código Civil (Lei 10.460/02).

Tendo isso posto, afirma-se para fins deste trabalho que as OSCIPs e OSs são qualificações que as associações e fundações podem receber, uma vez preenchidos os requisitos legais, assim como ocorre com as titulações de Utilidade Pública Municipal (UPM), Estadual (UPE) e Federal (UPF) e o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Já em relação à discussão da criatividade intelectual e teórica, conforme Coelho (2002), a listagem das modificações legais realizadas no período de 1997 a 1999 (COELHO, 2002,p.197-198) é a que segue abaixo:

Quadro 2. Leis relativas ao Terceiro Setor de 1997 a 1999.

Lei nº 9.532 (10/12/1997) – Altera a legislação tributária federal.
Lei nº 9.601 (21/01/1998) – Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado.
Lei nº 9.608 (18/02/1998) – Dispõe sobre o serviço voluntário.
Decreto nº 2.536 (06/04/1998) – Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.
Lei nº 9.718 (21/11/1998) – Altera a legislação tributária federal.
Lei nº 9.732 (11/12/1998) – Altera dispositivos das leis nºs 8.212, 8.213 e 9.317.
Resolução CNAS nº 32 (24/02/1999) – Altera as normas para a concessão e a renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.
Lei nº 9.790 (23/03/1999) – Dispõe sobre a qualificação das organizações sem fins lucrativos, institui e disciplina o tempo de parceria.
Decreto nº 3.048 (06/05/1999) – Aprova novo regulamento da Previdência Social.
Resolução CNAS nº 116 (19/05/1999) – Determina que as atividades realizadas por entidades beneficentes atendam ao requisito da gratuidade, necessário para que estas possam obter a isenção de contribuição patronal à Seguridade Social.
Instrução Normativa SRF nº 67 (14/06/1999) – Dispõe sobre a não incidência da CPMF no caso de entidades beneficentes de assistência social.
Medida Provisória nº 1.858-6 (29/06/1999) – Altera a legislação da Contribuição para a Seguridade Social – Confis, do PIS/PASEP e do lucro líquido.
Decreto nº 3.100 (30/06/1999) – Regulamenta a Lei nº 9.790, de março/99.
Portaria nº 361 do Ministério da Justiça (27/07/1999) – Regulamenta os procedimentos para a qualificação das pessoas jurídicas sem fins lucrativos como organizações da sociedade civil de interesse público.
Resolução nº 2,627 (02/08/1999) – Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor.
Circular nº 2.915 (05/08/1999) – Estabelece procedimentos relativos à autorização e ao funcionamento de sociedades de crédito ao micro empreendedor.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda de acordo com Coelho (2002, p. 97),

O impacto da legislação não poderia ser subestimado. Em primeiro lugar, porque em grande parte é ela que determina o tamanho do setor, ao ampliar ou restringir o espaço legal que permite às entidades nele se identificarem e, dessa forma, serem consideradas sem fins lucrativos. Em segundo lugar, pelos benefícios econômicos que podem ser alcançados por elas. A ampliação ou restrição das possibilidades legais desses benefícios pode significar a sobrevivência ou a morte de várias organizações

Enfatizando esses aspectos, a autora destaca que a legislação reguladora do relacionamento entre o Estado e o Terceiro Setor acaba desempenhando um papel fundamental, pois é ela que determina do tamanho à identificação das entidades do setor, qualificando-as como sem fins lucrativos.

2.1 ONG NAVE: Estrutura e principais características

A ONG-nave é uma associação de direito privado sem fins lucrativos que existe desde 2007, que executa projetos, bem como serviços, eventos e ações sociais que dão sustentabilidade aos serviços oferecidos. Segundo a assistente social da instituição, o ONG-nave promove o acesso do usuário aos seus direitos, com a formação de uma equipe multidisciplinar, e visa compreender as demandas presentes no dia a dia, onde, a partir desse estado de não responsabilidade, o Terceiro Setor passa a assumir as demandas advindas do capital, necessitando de profissionais críticos, criativos e propositivos com uma ação voltada para a gestão e gestão de projetos nesta organização (ALEXANDRE, 2007).

O Serviço Social na ONG-NAVE se dá no âmbito da elaboração dos projetos em vários eixos, tais como: agroecologia, saúde natural e integral, educação, empoderamento da mulher, arte e cultura, como também é importante na elaboração dos projetos, garantindo que mesmo em um projeto que não seja diretamente ligado ao Serviço Social. Pode ser que seja contemplado em todas as ações da organização, portando essa transversalidade em todos os projetos tendo como perspectiva de despertar para vivência da cidadania todas as suas garantias de direitos, promovendo os mínimos sociais como direito dos cidadãos e dever do Estado.

Atua ainda diretamente com as comunidades compondo a rede de atendimento da política de assistência social com a oferta de serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), através de reuniões socioeducativas e atividades artísticas, culturais e fomento de autoestima e qualidade de vida (ALEXANDRE, 2007).

A ONG-NAVE não possui um público alvo específico, sendo atuante para todo aquele que dela necessitar, dentro das possibilidades de atendimentos que oferecem, e toda população que necessita de informações para que possa visar um mundo sustentável, conseguindo alcançar um grande público, direta e indiretamente. Portanto, do mês de maio ao mês de novembro de todos os anos, a ONG NAVE proporciona uma reunião mensal aberta ao público, divulgada em todas as suas redes sociais com o objetivo de apresentar a organização, seus projetos e sua dinâmica de funcionamento.

Nesse evento é apresentado o Programa de Voluntariado, após esse momento os que se interessarem e se identificarem à missão da organização pode se candidatar a participar de um processo seletivo para exercer o voluntariado na NAVE. Como uma entidade da sociedade civil que tem um compromisso com sua causa, a NAVE é conhecida pela população participante e demais. Seus convênios se dão através de editais e/ou chamadas públicas orientadas pela Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

A NAVE tem a missão com seus parceiros e voluntários de cumprir com os acordos estabelecidos acerca das atividades propostas pelos próprios voluntários dentro das necessidades da NAVE, bem como, visitas domiciliares e outros, dentro de seus limites e possibilidades juntamente com seus parceiros.

Sua atuação assenta em valores, tais como: ética, integridade, compromisso, e comprometimento, transparência, respeito a diversidade, empoderamento das mulheres, educação integral, crítica e emancipatória, inclusão e construção coletivo autonomia e cidadania.

A nave possui visão holística acerca da realidade do mundo, focando sua atenção no desenvolvimento pleno e harmônico das pessoas e da natureza como as argamassas fundamentais da construção de uma sociedade justa, igualitária e sustentável.

A NAVE está presente no Bacanga, em duas comunidades. Além da atuação na Raposa, no interior da Raposa, na Vila Rosinha. Presente também em São José de Ribamar, em uma comunidade que se chama Parque Florenscio, e também no Centro. Desenvolvendo diversas ações como o “Arte na NAVE”, o “Eita Piquena Arteira”, além de uma ação social para as crianças, se aproximando cada vez mais da

comunidade, podendo assim levantar um diagnóstico, para saber quem são as pessoas inseridas na comunidade, o que elas precisam, quais são suas necessidades, suas potencialidades, educação patrimonial e etc.

A NAVE conta com muitos projetos, dentre eles o já citado anteriormente o “Eita Piquena 15 Arteira da cultura” que não é um projeto focado em vulnerabilidade econômica, mas sim no estímulo da potencialidade das pessoas. Tem-se também os projetos de agroecologia, projetos da saúde, os projetos da criança (“Brotinho dos sonhos”), projetos de geração de renda para as mulheres.

A ONG possui um organograma que foi instituído da seguinte forma: tem um setor que é de captação de recursos, tem um setor de financeiro, um setor de comunicação, recursos humanos. A NAVE também possui um cronograma, onde no mesmo coloca-se um edital, apresenta-se qual projeto será inserido para tal edital, qual o prazo para esse edital, quem ficou responsável da ONG para escrever esse edital, quando que sai o resultado, se ele foi aprovado, se não foi aprovado, e algumas informações, observações e etc.. Sendo assim, desenvolvidas as atividades da ONG.

3 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ONG NAVE E O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS COMUNITÁRIOS

Historicamente, o Serviço Social constituiu-se como uma especialização do trabalho coletivo, na divisão sociotécnica do trabalho, no quadro do desenvolvimento das relações sociais capitalistas (IAMAMOTO, 1982).

Segundo Netto (1992), o surgimento do Serviço Social como profissão vincula-se às peculiaridades da “questão social” em um momento histórico específico, o da ordem monopólica, a partir do qual se internaliza na ordem econômica, passando a ser alvo das políticas sociais. No marco histórico de crescente potencialização das contradições do capitalismo, alterou-se a dinâmica da sociedade, o qual redimensionou e refuncionalizou o Estado.

De acordo com Neylar (1999) a relação da assistência social com as instituições do “terceiro setor” não é recente e faz parte da história e do processo de consolidação da assistência. As ações desenvolvidas pelas ONG's e demais entidades filantrópicas sempre foram vistas como ações assistenciais, pois prestar assistência aos desassistidos significa organizar práticas caritativas de ajuda ao próximo para cumprir um dever moral para com a sociedade. Por isso, grande parte das entidades assistenciais é mantida financeiramente pela classe dominante e administradas pelas elites da alta sociedade. Estas instituições passam a ocupar um lugar de destaque na conjuntura democrática nacional, vinculadas diretamente às demandas populares, onde inaugura um fazer interativo técnico-político, como um instrumento de controle das várias expressões da questão social.

A retração do Estado quanto à responsabilidade no enfrentamento da questão social, mediante a transferência de responsabilidades do Estado para o “terceiro setor”, identificado erroneamente como a sociedade civil, altera substantivamente a orientação e a funcionalidade das políticas sociais, e, por consequência, a profissão sofre alterações na sua demanda e no seu campo de atuação, na sua modalidade de intervenção e no seu vínculo empregatício (MONTAÑO, 2002).

Para Iamamoto (2005), os projetos sociais das organizações privadas são movidos pelo interesse privado em detrimento do interesse público. Ocorre que, sendo o atendimento voltado para grupos e segmentos sociais específicos, ele tem por base os princípios da seletividade e da elegibilidade do atendimento social. O trabalho do assistente social passa a ter, portanto, sentidos e resultados sociais bem distintos, o

que altera o significado sócio do trabalho técnico-profissional, bem como ainda seu nível de abrangência.

O surgimento do Serviço Social como profissão vincula-se às peculiaridades da questão social em um momento histórico específico, se firmou como tal na dinâmica contraditória das relações entre capital e trabalho (sociedade como uma especialização no mundo do trabalho coletivo).

A questão social é a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional, entretanto, é preciso pesquisar e conhecer a realidade, no qual almeja um processo de mudanças, assim, “nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tomando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora”. (IAMAMOTO, 2005, p.62).

Sua gênese demonstra que o Serviço Social se constitui para minimizar as expressões da questão social, surgiu após a intensificação do processo de industrialização. Sendo que, dessa forma iniciou uma profissão socialmente necessária para atuar nas contradições postas pelo sistema capitalista. (MACHADO, 2004).

Considerando essa inserção do Serviço Social, pode-se dizer que a profissão “(...)situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p.93).

O Serviço Social no Terceiro Setor em seu processo de trabalho, (...) vive um paradoxo, no sentido de reconhecermos o espaço das ONGs e a filantropia empresarial como estratégias de esvaziamento de direitos sociais, ao mesmo tempo que o assistente social enquanto um trabalhador assalariado não tem condições de recusar sua inserção nesse campo sócio-ocupacional, pois depende da venda de sua força de trabalho. (MACHADO, 2010, p.70)

O Serviço Social para se aproximar da realidade é preciso entender as questões sociais, assim o profissional desenvolve ações coletivas no sentido de viabilizar recursos para atender as demandas impostas, assim, “à instituição enquanto organização cabe produzir instrumentais que garantam basicamente o acompanhamento dos programas em execução, a mensuração dos resultados obtidos

e a relação estabelecida entre os custos e os benefícios”. (MARTINELLI e KOUMROUYAN, 1994, p. 138).

Assim, na ONG NAVE, ao exercer a profissão os (as) assistentes sociais não são alheios a esta realidade, e se caracterizam por enfrentar estes desafios, questionando e problematizando seu papel na sociedade, tentando assumir perfis mais críticos e comprometidos com os interesses dos trabalhadores e dos setores subalternos. (MONTAÑO, 2006).

Como exemplo do fortalecimento dos vínculos, apresenta-se o projeto o Sitinho-Trançando Arte, onde o foco é a produção de artigos feitos manualmente a partir da palha e fibra do buriti. O projeto, visa atingir mulheres das comunidades, no intuito de desenvolver uma organização produtiva, para que elas possam, através das suas produções, ampliar a renda familiar. As suas atividades contemplam a confecção de produção em crochê voltados para moda, como bolsas e vestuário feminino, com o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, de empreendedorismo social e criativo e de técnicas para produção em crochê, através da criação e desenvolvimento de modelos e coleções para vendas no mercado local.

Para o desenvolvimento de vínculos com a comunidade através de projetos sociais na referida ONG, destaca-se a importância as competências do Serviço Social na contemporaneidade, as quais são apontadas em três dimensões, como: ético-política; teórico-metodológica e técnico-operativa, em que devem ser do domínio do Assistente Social, portanto,

- Competência ético-política, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.
- Competência teórico-metodológica – o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha.
- Competência técnico-operativa– o profissional deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes. (SOUSA, 2008, p.121-122).

A instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos, portanto é por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam,

transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social (GUERRA, 2000).

Os instrumentos de trabalho do Assistente Social, são um conjunto de técnicas que se amplia para abranger o conhecimento como um meio de trabalho, mas é preciso que se tenha as bases teórico-metodológicas que são um dos recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho, pois contribui para iluminar a leitura da realidade imprimindo rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam.

Segundo Ronconi e Wieczinsky (2010, p. 7): As entidades do terceiro setor através do Assistente Social devem assim, desenvolver ações que promovam a democracia, a liberdade e a participação da sociedade. Devem desenvolver um tipo de gestão que resgate as demandas universalistas, no sentido de cobrar do Estado o desenvolvimento de políticas públicas, fiscalizar essas políticas e denunciar as irregularidades no desenvolvimento dessas políticas. Este sim é o pleno exercício da cidadania.

Costa (2005, p. 7), cita algumas atribuições específicas do assistente social no terceiro setor:

- Implantar, no âmbito institucional, a Política de Assistência Social, conforme as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS /93) e Sistema Único da Assistência Social (SUAS /04), de acordo com a área e o segmento atendido pela instituição;
- Subsidiar e auxiliar a administração da instituição na elaboração, execução e avaliação do Plano Gestor Institucional, tendo como referência o processo do planejamento estratégico para organizações do terceiro setor;
- Desenvolver pesquisas junto aos usuários da instituição, definindo o perfil social desta população, obtendo dados para a implantação de projetos sociais, interdisciplinares;
- Identificar, continuamente, necessidades individuais e coletivas, apresentadas pelos segmentos que integram a instituição, na perspectiva do atendimento social e da garantia de seus direitos, implantando e administrando benefícios sociais;
- Realizar seleção sócio- econômica, quando for o caso, de usuários para as vagas disponíveis, a partir de critérios pré-estabelecidos, sem perder de vista o atendimento integral e de qualidade social; e nem o direito de acesso universal ao atendimento;
- Estender o atendimento social às famílias dos usuários da instituição, com projetos específicos e formulados a partir de diagnósticos preliminares;
- Intensificar a relação instituição / família, objetivando uma ação integrada de parceria na busca de soluções dos problemas que se apresentarem;

- Fornecer orientação social e fazer encaminhamentos da população usuária aos recursos da comunidade, integrando e utilizando-se da rede de serviços sócio-assistenciais;
- Participar, coordenar e assessorar estudos e discussões de casos com a equipe técnica, relacionados à política de atendimento institucional e nos assuntos concernentes à política de Assistência Social;
- Realizar perícia, laudos e pareceres técnicos relacionados à matéria específica da Assistência Social, no âmbito da instituição, quando solicitado;

A atuação em instituições do terceiro setor se configura para o Serviço Social como um dos impactos trazidos pelo processo de “contrarreforma” do Estado brasileiro, a partir da transferência dos serviços sociais para a esfera do terceiro setor. As novas formas de responder as expressões da questão social – como já fora citado – irão apresentar novas demandas e novos espaços ocupacionais para o (a) assistente social, no caso das competências e atribuições é importante salientar que elas chegam, por vezes, a extrapolar o que está previsto na lei de regulamentação da profissão (8.662/93) no tocante as competências e atribuições profissionais, principalmente a partir da difusão dos princípios da ajuda e solidariedade o que pode “levar à desprofissionalização do atendimento social” (ALENCAR, 2009, p.458).

Destaca-se assim que para que ocorra o fortalecimento de vínculos o Assistente Social precisa ser um profissional qualificado, capaz de identificar, compreender e analisar os aspectos da realidade para executar sua profissão com postura crítica e propositiva, e que possa agir nas expressões da questão social.

Na Ong Nave, além da realização dos projetos sociais, percebe-se a importância do Código de Ética Profissional, na atuação desta categoria, onde está impressa a sua ideologia e determinação dos direitos e deveres, competências e proibições, assim, segundo os seus princípios fundamentais, compreende-se que o profissional do Serviço Social deve adotar uma postura crítica, levando em consideração todos os aspectos que envolvem a questão social contemporânea, atuando em prol das classes subalternas e estabelecendo respostas adequadas às demandas que se apresentam.

O fortalecimento de vínculos dá-se ainda através da busca de soluções para os problemas sociais enfrentados, visualizando corretamente o papel que o estado deve desempenhar, atuando em vários níveis administrativos e políticos. “[...] a ideia de que o Estado venha algum dia a ser substituído pelo terceiro setor na resolução dos problemas sociais não passa de utopia” (COELHO, 2002, p.193).

Durante o período de estágio curricular obrigatório realizado na Ong, foi possível observar a dinâmica e as ações desenvolvidas pelo Serviço Social. Neste período, pode-se constatar a grande capacidade da instituição no enfrentamento das dificuldades ao longo de sua existência.

Os assistentes sociais presentes na instituição, são extremamente competentes e, como não poderia deixar de ser, comprometidas com o Projeto Ético-Político Profissional – e em conjunto com sua equipe de colaboradores, onde todos indistintamente trabalham como educadores, contribuindo de forma efetiva com o processo evolutivo da Ong no enfrentamento das demandas da própria comunidade onde atua.

Para melhor entendimento da função e importância do assistente social no tocante ao fortalecimento de vínculos, realizou-se uma pesquisa, por meio de uma entrevista com uma das assistentes sociais como forma de documentação direta com a finalidade de conseguir mais informações sobre o assunto investigado, que por sua vez, foi dividida em duas etapas: na primeira foi realizada uma coleta de dados na qual utilizou-se o método de entrevista, com uso de questionários que de acordo com Prodanov e Freitas (2003), é uma série de perguntas ordenadas que devam ser respondida pelo informante (respondente), deve ser objetivo e obedecendo uma ordem lógica para assim ter êxito nos resultados

Segundo Gil (2010), um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto. A segunda etapa foi a análise dos dados coletados durante a pesquisa. A primeira pergunta foi referente as principais demandas da Ong Nave.

Primeiramente questionou-se: Por meio da Ong Nave quais as principais demandas da comunidade que são atendidas? No que observou-se por meio das respostas que por intermédio da organizações, a proteção social básica da assistência social atende a comunidade, cujo objetivo é prevenir situações de risco, potencializando e adquirindo e fortalecendo os vínculos familiares-comunidade. Se necessário, são realizadas visitas domiciliares e encaminha-se aos órgãos competentes, como: CRAS, CAPS, hospitais, etc.

Ainda indagou-se sobre os principais desafios enfrentados pelo assistente social no processo de fortalecimento de vínculos com a comunidade. A assistente social em questão, colocou que inicialmente, encontra-se muita resistência em treinamentos e seminários seguindo o eixo Serviço de Convivência e Fortalecimento

de Conexões (SCFV), que aborda questões relacionadas ao empoderamento das mulheres, autonomia econômica, relações de gênero e muito mais.

Portanto, é um desafio motivar os participantes e fazer com que cheguem ao final do processo formativo, e mostrar a reflexão desses temas no cotidiano das pessoas envolvidas no projeto.

A entrevistada ainda coloca que cabe ao assistente social, através da dimensão ética e política, não só expressar a participação dos profissionais, mas também expressar a consciência política. Aqui, política se refere a conhecimentos que conduzam à luta por direitos e proteção destes.

De forma posterior, discute-se sobre qual projeto permite a atuação mais próxima do Assistente Social com a Ong Nave. Colocou-se que todos os projetos incluem em seus objetivos a atuação do (a) profissional junto às comunidades, pois é fundamental que o social esteja presente, é um conjunto a ser trabalhado.

Desse modo, buscou-se saber quais os benefícios de uma união entre a rede socioassistencial e a comunidade. Onde como principal intenção é estabelecer parcerias entre a organização e instituições públicas e aproximar essas instituições da comunidade. Por exemplo, a partir do momento que é realizado a parceria com o CRAS para realização de palestras ou atendimentos, há a formação de um vínculo, uma aproximação desse órgão junto às beneficiárias, que a partir desse momento, se não conhecem, irão conhecer os serviços ofertados pelo órgão e identificar através da sua realidade quais intervenções desses serviços serão necessárias.

Investigou-se ainda na opinião da entrevistada, qual a importância da atuação do assistente social nas atividades da Ong Nave e quais as principais contribuições. A entrevistada pontuou que (a) o assistente social é imprescindível em qualquer organização, pois uma de suas atribuições é analisar a realidade social e trabalhar diretamente com as pessoas para atuar quando a sociedade é frágil, viola direitos, etc.

De forma direcionada para a Ong Nave, colocou que além de cultivar o interesse e o conhecimento sobre temas básicos de proteção, os profissionais também devem cooperar com as comunidades que sofrem vulnerabilidades sociais por questões sociais, como pobreza e violência doméstica, e exercer seus direitos. dimensão da ocupação.

Para tanto, a profissionalização do assistente social está notadamente ligado aos meios sociais, sendo este o seu campo de atuação. As refrações sociais

acometidas aos usuários do Serviço Social, estabelecem as ações da profissão vinculadas as necessidades das sociedades em obter mudanças. No que se remete as práticas profissionais em meio ao Terceiro Setor atrelados aos Meio Ambiente e a Educação, o profissional se vê ligado diretamente as apreensões das classes inseridas nesse processo e suas imputações sociais.

No que se acomete a educação, esta precisa ser conjecturada a partir de uma visão sócio crítica, pois é composta por artifícios históricos que estão em devotada mudança, arraigados por desigualdades sociais, desigualdades culturais e ainda econômicas. Dessa maneira, os profissionais da educação devem perceber a realidade em modificação, arrostando o incidido como referência, mas não como gerência, pois cada época possui sua minudência. É fundamental não reportar o que está posto, mas sim elencar reveses para as alterações cogentes a cada período.

Nesse tocante, de forma conclusiva, questionou-se sobre o papel do assistente social na mediação entre a Ong Nave e a comunidade. Observou-se por meio da fala da entrevistada, que o (a) assistente social tem o papel dentro da Organização de articular o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, um dos objetivos centrais em todos os projetos, já que por meio dele é fomentado a informação sobre direitos sociais, autonomia econômica e temas que são fundamentais para que o projeto seja realizado e alcançadas as metas previstas. Dentre as atribuições estão: realizar oficinas, articulação com órgãos públicos e/ou privados que sejam interessantes para o projeto, realizar encaminhamentos, visitas domiciliares e etc.

Assim, foram percebidas as dificuldades com os entraves profissionais, pois as famílias acompanhadas pela instituição ainda não se percebem enquanto sujeitos de direitos, não aderindo às atividades socioeducativas, nem se apropriam das oportunidades concedidas pela instituição, como cursos profissionalizantes, de uma forma plena, sendo a comunidade em geral os principais beneficiários, pois ocupa a maioria das vagas.

Identifica-se com a pesquisa que as principais modificações, diante das demandas apresentadas, são de ordem qualitativa, visto que os principais problemas enfrentados por essas famílias estão associados à introdução de políticas públicas, sendo pouco provável que uma estrutura sozinha consiga resolver todos os problemas. Porém, a ONG NAVE vem fazendo a sua parte, e o profissional do Serviço Social contribui para o empoderamento dessas famílias, através do desenvolvimento da sua missão. Sendo assim, o profissional do Serviço Social contribui junto às

demandas apresentadas, conforme relatos em respostas aos questionamentos das entrevistadas.

Portanto a dimensão e o significado do terceiro setor necessitam ser compreendidos dentro da conjuntura social, econômica e política que tem determinado a sua configuração no contexto contemporâneo. De acordo com Costa (2005), em razão das mudanças que as instituições do terceiro setor vêm passando na atualidade, estão em busca constante de profissionais capacitados, envolvendo varias categorias com vistas á melhoria dos serviços prestados. O assistente social é um dos profissionais procurados para compor as equipes multiprofissionais, para trabalhar numa perspectiva interdisciplinar, independentemente do setor, desde que queira desenvolver um trabalho voltado para o social.

É de suma importância que o assistente social saiba se colocar a disposição da família para escutá-la, evidenciando atenção e dando a devida importância para os múltiplos problemas que ela apresenta, algo que parece simples e que aparentemente poderia ser concretizado por qualquer outra pessoa mesmo sem formação acadêmica, mas que na verdade constitui como uma etapa do longo caminho a ser percorrido na busca de algo maior, cujo diferencial está na intencionalidade do assistente social que pode se deixar levar pelos limites institucionais e outros desafios a serem superados ou então propor e efetivar mudanças na realidade dessa família vítima socialmente vulnerabilizada.

Assim, diante dos conceitos, características, desafios, diversidade e do processo de configuração do terceiro setor, no cenário brasileiro, não há como negar a importância da atuação de diferentes profissionais na perspectiva da ação interdisciplinar, tendo em vista o caráter profissional e técnico que os serviços prestados por esse setor necessitam assumir .

A atuação de profissionais competentes e participativos se faz de fundamental importância, dentre eles, o assistente social. Há a necessidade da inserção profissional, nesse contexto, ocorre de forma equilibrada e cuidadosa, crítica e construtiva, discernindo claramente a contribuição que o assistente social pode trazer para um trabalho de qualidade social no âmbito do terceiro setor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da Constituição Federal de 1988, quando a assistência ganha o caráter de política pública, compondo o tripé da seguridade social, “direito de todo cidadão que necessitar, e dever do Estado”, é que a realidade do assistencialismo, que sempre esteve presente na história da humanidade, vem a ser modificada. A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS surge também como mais um aparato para ratificar a assistência social, assim como outros documentos que emergem nesse contexto: a NOB –Norma Operacional Básica e o SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Contudo, esta pesquisa demonstra que o Estado sempre foi mediador de conflitos oriundos da relação Capital x Trabalho, onde o acúmulo do capital é prioridade, e os direitos da classe trabalhadora são obtidos na perspectiva da manutenção da ordem social.

Esta pesquisa teve por principal objetivo realizar uma análise da prática desenvolvida pelo Serviço Social no processo de emancipação social das famílias e do fortalecimento de vínculos com a comunidade e a ONG NAVE refletindo sobre os aspectos históricos e conceituais do Terceiro Setor, identificando seus aspectos legais e demonstrando o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social em uma organização do Terceiro Setor.

Impulsionado pela relação intrínseca com o meu trabalho como Educador Social e campo de estágio supervisionado na referida instituição, motivou-me a pesquisar o tema de Serviço e Terceiro Setor.

O estudo empreendido possibilitou mostrar e compreender um pouco do perfil das famílias acompanhadas pela Ong Nave, na maioria mulheres, mães solteiras, provedoras do lar, em situação de risco e vulnerabilidade social; a maioria recebe o Bolsa Família, desempregadas e com baixo nível de escolaridade, dessa forma, sem qualificação profissional. Sofrem com as diversas expressões da questão social na atualidade, e foi pelo contato direto, no cotidiano, com essas famílias, principalmente nas reuniões e oficinas, juntamente com a equipe do Setor Social, através dos relatos e dinâmicas de grupo, que evidenciamos as experiências de vida, muitas das vezes marcadas por frustrações, momentos de desespero e também suas conquistas.

Assim, diante dos conceitos, características, desafios, diversidade e do processo de configuração do terceiro setor, no cenário brasileiro, não há como

negarmos a importância da atuação de diferentes profissionais na perspectiva da ação interdisciplinar, tendo em vista o caráter profissional e técnico que os serviços prestados por esse setor necessitam assumir. Nesse processo, profissionais de diferentes áreas podem contribuir significativamente e, dentre estes, o assistente social tem importante atuação, considerando a sua especificidade profissional, pelo qual, realiza-se o fortalecimento de vínculos com a comunidade.

Constatou-se assim, que a instituição atinge resultados positivos no trabalho desenvolvido, apesar dos inúmeros desafios enfrentados pela equipe que busca atender às famílias, identificando suas fragilidades e potencialidades, acompanhando de forma diferenciada, visando a garantia de direitos no enfrentamento das dificuldades.

Dessa forma identificou-se a importância da atuação do Serviço Social na Ong Nave, dentro da proteção básica, buscando estratégias em consonância com sua sede. Entretanto, ainda não existe uma fórmula exata de atuação, mas as possibilidades de modificações citadas fomentam por um profissional, que determinará, a partir de sua concepção da realidade e intervenção na mesma, se tal importância e necessidade serão reforçadas ou rapidamente eliminadas e nesse âmbito o assistente social é o profissional mais adequado a realizar esse papel.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- ANDRADE, Amanda dos Santos de; DELPHINO, Eliana; SANDY, Juliana; FRANCO, Michele Karina; AGUIAR, Valéria Natalina de; SOUZA, Marisa. **O Percorso Histórico do Serviço Social**.
- ARAUJO, Arlete Nascimento; JESUS, Edlany Vieira. **Terceiro Setor Enquanto Espaço Sócio Ocupacional do Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade Dom Pedro II, Salvador, 2014.
- AREIAS DE SOUZA, Paulo Rogerio. **O início do processo de redemocratização do Brasil após a Ditadura Militar: o nascimento de uma nova geração de direitos, vinte anos de Constituição Cidadã**.
- ARRUDA, Inácio de; FORTES, Heráclito. **Relatório Final da CPI “das ONGs”**. As ONGs: Origens e (Des) caminhos (Joana Coutinho). Senado Federal, 2010.
- BAPTISTA, Miyrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo, Veras, 2007
- BARRETO, Pedro. Rio-92: mundo desperta para o meio ambiente. **IPEA – Desafios do Desenvolvimento**, Ano 7, n. 56, 10 dez. 2009.
- BAVA, Silvio C. O Terceiro Setor e os Desafios do Estado de São Paulo para o Século XXI. In: **Cadernos Abong**. ONGs Identidades e Desafios Atuais. São Paulo: Autores Associados, 2000. p.41-86.
- BORGATO, Cássia Takazono; ALVES, Dolores Duarte; OLIVEIRA, Juliene Aglio de. **A Gestão Social na Perspectiva Democrática: o profissional de serviço social como gestor**.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº. 8.6662, de 07 de junho de 1993**, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm>. . Acesso em: 02 de out. de 2021.
- BRAVO, Luiz. **Trabalhando com a comunidade**. Manual de Operacionalização de Desenvolvimento de Comunidade. 3. ed. s/l: Anaconda Cultural Edições, s/d. 140p.
- CAPEMISA SOCIAL. **Nossa História**. O Trabalho de Muitas Vidas em Mais de 50 Anos de História. Disponível em: <https://capemisasocial.org.br/>.
- COELHO, Deise Silva. **A Atuação do Serviço Social em uma Organização do Terceiro Setor**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) –Faculdade Dom Pedro II, Salvador, 2013.

COSTA, Selma Frossard. O Serviço Social e o Terceiro Setor. **Serviço Social em Revista**, v. 07, n. 02, Londrina/PR: UEL, 2005.

DELGADO, Maria Viviane Monteiro. Organizações não-governamentais no Brasil: o terceiro setor numa nova era econômica, política e social. **Revista Espaço Acadêmico**, nº37, jun. 2004, ano IV. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/037/37cdelgado.htm#_ftnref1. > An. 1 Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2006. Acesso em 09 de março de 2021.

DOLABELLA, Renato. O “Marco Regulatório” do terceiro setor e as novas regras para convênios. **Migalhas**. out. 2014. Migalhas de peso. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/210258/o--marco-regulatorio--do-terceiro-setor-e-as-novas-regras-para-convenios>. Acesso em 09 de março de 2021.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EGG, Ezequiel Ander. Como o ato de ajudar transformou-se em profissão. In: EGG, Ezequiel Ander. **Introdução ao trabalho social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Rubem C. **Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

FISCHER, Rosa M^a. Gestão de Pessoas nas Organizações do Terceiro Setor. In: VOLTOLINI, Ricardo. **Terceiro Setor: planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC, 2004

FOUCAULT, Michel. **Microfísica e poder**. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GARCIA, Nívea Coelho. As santas casas da misericórdia: uma forma de assistência no Brasil Colônia. **Debates Sociais**, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 33, 2 sem. 1981, p.45.

GONÇALVES, H. S. **O Estado, o Terceiro Setor e o Mercado: Uma Tríade Completa**. Ed. 2002. Disponível em: <<http://www.rits.org.br/>>. Acesso em: 20 de out. de 2021.

GONH, Maria da G. **Os sem-terra, ONG's e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GRANT, M. **História resumida da civilização clássica: Grécia & Roma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 7ed. São Paulo: Cortez, 2004

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico- metodológica. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983. Parte II – Aspectos da História do Serviço Social no Brasil (1930-1960).

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. Disponível em: <<http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/ff8bdad81bfe9bf1cf300f11f0e8b9685e265ccc.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONG's**: Do serviço invisível a profissão impossível. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LIMA, Eunice. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões. In CFESS. (Org.) **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2011, pp. 610-636.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa**: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da Sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 59. São Paulo: Cortez, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES, Maria Lúcia Prates. Demandas Sociais versus crise de Financiamento: o papel do Terceiro Setor no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. N. 32 (5) set/out. – 1998

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu. **Gestão social e economia solidária**: Desafios para o serviço social. (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

ROTHGIESSER, Tanya L. **Sociedade Civil: a sociedade civil brasileira e o terceiro setor**. São Paulo: [s.n.], 2004.

SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa global. **USP Revista de Administração**. São Paulo, v. 33, n.1, p.5-11, jan./mar. 1997

SANTOS, José Ozildo. **O Serviço Social no Brasil e sua evolução histórica**. São Paulo: Cortez, 2012

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Governo do Estado de São Paulo. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema>. Acesso em: 19 nov. 2015.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 649, de 2011**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=102968>. Acesso em: 11 out. 2015.

SILVA E SILVA, M. Ozanira da (Coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Contribuições da revista para o Serviço Social Brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 61, 1999

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 2.ed. Ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

SODRÉ, Francis. Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 103, 2010

TEIXEIRA, Ana Claudia C. **Identidades em Construção: As Organizações Não-Governamentais no Processo Brasileiro de Democratização**. 2000. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria**. Rio de Janeiro: Agir, 1977.